CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 411/71

Aprovado em 4/10/1971

Em virtude da promulgação da Lei n° 5.692 de 11.8.71, deve ser mantida a matrícula do aluno Alzir Camargo, na então 1ª série do curso ginásial, hoje 5ª série do Ensino do Primeiro Grau.

PROCESSO CEE - N° 946/71

INTERESSADO - GINÁSIO ESTADUAL DE VILA MATIAS - SANTOS

CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR - Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, REVERENDO

HISTÓRICO:

O aluno Alzir Camargo, de Vila Matias, em Santos, contando apenas oito anos e nove meses, prestou exame de admissão para o curso ginásial, no Ginásio Estadual "Primo Ferreira", em 1º de dezembro de 1970, foi aprovado e, como se verifica do ofício n. 46/71, do diretor, veio cursando a 1ª série com notas excelentes.

O Delegado Antonio Farise, do Ensino Secundário e Normal, informa que o fato de permitir o exame e a matrícula de um educando com idade limite inferior ao exigido pelo Art. 36 da LDB foi lapso explicável pela demanda bastante significativa e pelo número reduzido de funcionários.

VOTO DO RELATOR:

Independentemente das razões constantes de vários pareceres sobre casos análogos, tanto do Conselho Federal de Educação, como deste Conselho Estadual, pode-se dizer que a matéria da consulta já está, praticamente, resolvida pela Portaria da CEBN de 1º de setembro de 1971, como se pode verificar do Art. 22:

"À vista da promulgação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, poderão inscrever-se (inscrição para seleção de candidatos à matrícula na 1ª série ginásial, 5ª série do Primeiro Grau) todos os alunos que cursam o 4º ano Primário, independentemente do limite de idade estabelecido na Portaria de n. 9 da CEBN, publicada a 10 de agosto de 1971, satisfeitas as demais exigências fixadas na referida Portaria."

Com a promulgação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Curso Ginásial ficou integrado no Ensino do Primeiro Grau, do qual passou a ser a continuação e conclusão. A condição para matrícula na 5ª série do Ensino do Primeiro Grau, que corresponde à 1ª série do curso ginásial, é a conclusão da 4ª série, independentemente da idade mínima atingida pelo educando.

Dados os termos do Art. 19 da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, é de esperar que, na promoção da 4ª para a 5ª série do Ensino do Primeiro Grau, o aluno tenha atingido a idade mínima de 11 anos. Mas os próprios termos do Art. 19 parecem mostrar que se trata de uma norma de ordem geral e não de uma lei de fixidez ontológica, tanto assim que no parágrafo primeiro do referido artigo, cada sistema formulará normas que disporão sobre a possibilidade de ingresso, no Ensino do Primeiro Grau, de alunos com menos de sete anos de idade.

Nem conviria ser de outro modo, porque a riqueza e a variedade da natureza mental nem sempre cabe dentro das demarcações das leis, ainda as mais sábias.

Como disse o eminente conselheiro Alpínolo Lopes Casali, no Parecer n. 34/69, aprovado pela douta Câmara do Ensino Primário e Médio deste Conselho, a lei é meio e não fim. É meio para proteger o educando.

Entendo que é meio para proteger a criança, não só no sentido de impedir que dela se exijam esforços superiores à sua capacidade mental, mas também contra tudo o que, porventura, possa impedir ou retardar o desenvolvimento de suas faculdades, cuja maturação, muitas vezes, deixa de acompanhar a sequência dos anos, não podendo, por isso, ser avaliada unicamente pelo critério de idade, proteger a criança até mesmo contra a expressão verbal da lei.

Neste aspecto o pedagógico supera o meramente legal, porque transcende o etário.

A idade é um critério, mas não é absoluto, nem exclusivo. Não deve ser aplicado indiscriminadamente. Como disse mestre Rui, "a parte da natureza varia ao infinito. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade seria desigualdade flagrante e não igualdade real. Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre desigualdades nativas pela educação, atividade e perseverança."

Mas aí é que entra o papel do educador e da escola para suprir a cada criança os elementos favoráveis ao seu desenvolvimento, que nem sempre dependem da idade, e não podem ser todos previstos pela forma verbal da lei.

Nos diversos pareceres do Conselho Federal de Educação, que procuraram acomodar fatos irrecusáveis com a letra da lei, "bem como nas ponderações de pareceres deste egrégio Conselho Estadual, o que houve não foi flutuação de opiniões, e sim, como se sentiu, o respeito do educador pelos imprevisíveis do desenvolvimento do educando, bem como pela significação e valor de cada criança individualmente, tal como a criança aparece diferentemente dotada.

Idade e indicação necessária como ponto de partida, sujeito, porém, a variações determinadas por outros fatores bem mais importantes.

No caso em apreço há um educando que deve ter sido matriculado no 1º ano do curso primário antes do sete anos e, assim, cursou com aproveitamento os quatro anos.

De posse do seu certificado de conclusão do curso primário, inscreveu-se para exame de admissão ao curso ginásial, também antes de tempo, foi aprovado e, por um lapso explicável, foi matriculado no então primeiro ano do ginásio, hoje quinta série do Ensino de Primeiro Grau.

Independentemente da promulgação da Lei n. 5.692, de agosto de 1971, s.m.j., mandava a justiça que se convalidasse a matrícula porque, do contrário, se estaria punindo indiretamente o educando por uma sequência de erros humanamente explicáveis e, mais do que isso, determinados, talvez, por fatores que ainda escapam à vigência das leis.

Em conclusão, salvo melhor juízo, sou de parecer que, estando a questão já resolvida nos termos da Portaria da CEBN, de 1º de setembro de 1971, em virtude da promulgação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, deve ser mantida a matrícula do aluno Alzir Camargo na então 1ª série do curso ginásial, hoje 5ª série do Ensino do Primeiro Grau, dando-se conhecimento aos interessados.

Sala das sessões da Câmara de Ensino do Primeiro Grau,
em 20 de setembro de 1971.

aa) Conselheiro Jair de Moraes Neves - Presidente
Conselheiro José Borges dos S. Júnior, Rev. - Relator
Conselheiro Henrique Gamba
Conselheiro Olavo Baptista Filho
Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza
Conselheira Therezinha Fram